

## Petrobras fecha acordo e deposita R\$ 2,5 bilhões em conta judicial

Cumprindo acordo firmado na "lava jato", a Petrobras depositou R\$ 2,5 bilhões em conta vinculada à 13ª Vara Federal de Curitiba. O valor depositado nesta quarta-feira (30/1) será usado para projetos sociais, programas de combate à corrupção e investidores nacionais, segundo o Ministério Público Federal no Paraná.

Reprodução



Metade do valor pago será destinado a um fundo patrimonial, que será gerido por uma fundação independente

O acordo foi firmado em 23 de janeiro deste ano e homologado pela Justiça dois dias depois. Foi estabelecido uma revisão periódica do programa de *compliance* da estatal e o depósito judicial.

A quantia corresponde a 80% das penalidades definidas no acordo celebrado pela Petrobras com autoridades dos Estados Unidos, divulgado em setembro de 2018, e isenta a Petrobras de pagar o montante naquele país.

Metade do valor pago no Brasil será destinado a um fundo patrimonial, que será gerido por uma fundação independente, ainda em fase de criação, e que deverá definir a distribuição dos rendimentos para projetos de combate à corrupção e promoção da cidadania. A outra metade será usada para eventual ressarcimento de investidores nacionais e poderá ser acrescida ao fundo patrimonial, caso não seja usada integralmente.

O acordo prevê ainda várias medidas para fortalecer a transparência, a integridade e a independência da fundação, e para permitir a participação da sociedade na gestão. A futura instituição deverá, por exemplo, reforçar a legitimidade dos projetos escolhidos por em curadoria de uma ampla consulta da sociedade e de salvaguardas contra conflito de interesses.

A Petrobras informou, em nota, que o acordo reforça o compromisso da empresa com a "melhoria contínua do seu programa de conformidade". "Importante esclarecer que a assinatura deste acordo não implica, por parte da Petrobras, confissão ou reconhecimento de responsabilidade por danos alegados



por terceiros, tampouco da própria existência de algum prejuízo por eles experimentado”, diz.  
*Com informações da Assessoria do MP-PR.*

Clique [aqui](#) para ler o acordo.

**Date Created**

30/01/2019